

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo

n. 19, n. 1

A INTERNET E AS MÍDIAS DIGITAIS ESTÃO APAGANDO A ANCESTRALIDADE NEGRA?

Tito Carlos Sergio de Melo FILHO¹

Tailson Evangelista MARIANO²

RESUMO

Impor o esquecimento às memórias de dor e resistência das populações negras é uma prática recorrente neste país. Nas artes, ciências, religiões, espaços públicos e outros territórios de expressão do ser, a presença negra é constantemente apagada pela mão invisível da colonialidade, que impõe o esquecimento das experiências de dor, prazer e resistência de ser negro e negra no Brasil. O principal objetivo deste trabalho será investigar como a internet e as mídias digitais estão deixando de lado a ancestralidade negra e sua importância para o Brasil. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes. Conclui-se que a resistência que não queda aos poderes imperialistas de interdição ao saber, ser e poder das identidades subalterizadas que, pela consciência ativa de seu lugar de fala, vêm produzindo novas possibilidades de diálogo com os poderes hegemônicos.

Palavras-chave: Internet, Ancestralidade Negra, Esquecimento, Memórias.

ABSTRACT

This paper addresses the question of whether the internet and digital media are erasing black ancestry. Forcing oblivion on memories of pain and resistance of black populations is a recurring practice in this country. In the arts, sciences, religions, public spaces and other territories of expression of being, the black presence is constantly erased by the invisible hand of coloniality, which imposes the oblivion of experiences of pain, pleasure and resistance of being black in Brazil. The main objective of this paper

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco – Bolsista CAPES – E-mail: carlosergio@yahoo.com.br

² Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

will be to demonstrate how the internet and digital media are leaving aside black ancestry and its importance for Brazil. The methodology adopted will be a bibliographic analysis of literature, with emphasis on the most current and relevant books and articles. It is concluded that the resistance that does not fall to the imperialist powers of prohibition of knowledge, being and power of subalterned identities that, through active awareness of their place of speech, have been producing new possibilities for dialogue with hegemonic powers.

Keywords: Internet. Black Ancestry. Forgetfulness. Memories.

1 INTRODUÇÃO

Neste país se cresce ouvindo histórias referentes ao sobrenome, estas não dizem respeito à identificação de pessoas negras, são histórias brancas. Toda pessoa branca orgulha-se em falar de sua ancestralidade, de sua origem italiana, polonesa, espanhola, portuguesa, alemã etc. Pelo sobrenome muitos alcançam o direito à dupla cidadania, resguardam prestígios e acessam histórias anteriores ao próprio nascimento. Mas, as pessoas de pele negra não. Suas histórias, são fragmentos e suas ancestralidades estão encobertas pelo denso véu da colonialidade escravagista. Não se sabe de que lugar de África vieram, a qual reino pertenciam, quais foram as principais lutas de seus ancestrais, como seu povo se organizou e construiu sua política milenar. Não se sabe qual o prato típico de seu país de origem, as danças que se dançavam e as músicas entoadas para o ninar de seus filhos noites após noite, séculos adentro.

Aqueles nascidos na outra margem da humanidade, do outro lado da diferença colonial, da diferença ontológica, que se encontram separados pelo fosso do Não Ser que flui da branquitude colonial e os enuncia como inferiores, têm histórias e essas histórias importam e devem ser contadas, mas não pelos sujeitos hegemônicos, pois estes fizeram dessas narrativas algo menor, sem prestígio, tão vergonhoso a ponto de serem recusadas pela própria negritude. A branquitude que enunciou as identidades ameríndias e africanas enquanto sujeitos menores dentro do continuum humano lançou os saberes e discurso da ancestralidade negra aos domínios do silêncio e do silêncio aos recônditos do esquecimento.

O principal objetivo deste trabalho será demonstrar como a internet e as mídias digitais estão deixando de lado a ancestralidade negra e sua importância para o Brasil. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em

livros e artigos mais atuais e relevantes.

Contudo, embora seja de longa data a ação das forças de invisibilização dos saberes afrodescendentes, o povo negro é sempre insurgência a reivindicar espaços e a produzir respostas criativas a essas questões, não permitindo o êxito dos projetos coloniais que buscam desenraizar a presença negra da história nacional. As vozes que se levantam contra os apagamentos determinados por grupos hegemônicos partem das vivências da negritude e desvelam o que ficou oculto pela diferença colonial que globalizou a única história contada pelos colonizadores e que pôs sob os escombros dessas narrativas preeminentes as diversas percepções nascidas da experiência do contato colonial. Sendo assim, os diálogos da resistência negra emanam do lugar de fala dos subalternos, de suas realidades e são as chaves para superação da fratura enunciativa produzida pela diferença colonial.

Este trabalho busca discutir esse assunto sob as lentes das teorias decoloniais e da resistência negra, manifesta pela recusa ao silenciamento que, seja de modo individualizado ou organizado, não queda aos ditames coloniais que se encontram em vigor.

2 POLÍTICAS COLONIAIS DO ESQUECIMENTO

Que histórias habitam do outro lado do Atlântico, em África? Como será que um menino é enunciado em sua vida escolar naquele continente ancestral? Como os familiares se referem ao cabelo, nariz ou aos lábios fartos de seus descendentes? Quais músicas esses ancestrais cantavam para seus filhos quando eles não passavam de apenas uma promessa de humano? Essas coisas eu não sei, conheço apenas o outro lado, contido nos limites dos navios negreiros, do cárcere e da desonra. Sei que no Brasil um menino negro em idade escolar é uma criança preta, por vezes pobre, chamado de moreninho, pretinho, buiu, macaco etc. Aqui o cabelo crespo é ruim e o nariz e lábios grossos são feios. Que quando ainda se é apenas um bebê se é assombrado com a cantiga de um “boi da cara preta” que pega os meninos. Aqui, sabe-se, desde muito pequeno, que a beleza, nobreza, justiça e honra não foram reservadas para a negritude e que para alcançar, por menor que seja, esses valores, é preciso passar pelo escrutínio da branquitude que exigirá, em últimas instâncias, que a

pessoa negra afaste-se de sua ancestralidade, buscando vir a ser uma pessoa branca que, obviamente, nunca conseguirá (Baez, 2020).

O apagamento dessas histórias ancestrais é complexo, não sendo tarefa fácil mapear as muitas estratégias que vêm sendo, ao longo dos séculos, usadas pelos grupos hegemônicos para deportar ao desaparecimento os símbolos e saberes do povo negro. Todavia, é certo que esses processos, independente da capilaridade, possuem em comum o período colonial como origem. Certo também é que em épocas de escravidão o apagamento das identidades e cultura negra começava pela destituição do nome africano. Assim, quando uma pessoa negra chegava ao Brasil era despida de seu nome e batizada com um único nome de origem cristã, sem direito a sobrenome (Carneiro, 2021). Logo, o início da vida de um escravo ou escrava trazido da África se dava inicialmente pela ruptura identitária. A pessoa negra que se reconhecia enquanto um Ser transpessoal, identificado e identificante a partir dos inúmeros elementos ancestrais da sua terra, via-se como um alguém despersonificado, fragmentado em sua origem, um alguém que refletia o Outro (colonizador), e não mais a si mesmo. Assim, a negação do nome enquanto funcionava para o colonizador como uma estratégia nominativa de objetificação das vidas negras, implicava à pessoa escravizada na desorganização de si, no enfraquecimento de sua potência ancestral e na obstrução dos sentidos seculares de Ser pessoa.

Com o passar do tempo, à medida que sedimentam o preconceito e a inferioridade da negritude, não apenas a cor da pele serve como justificativa para se desprezar, mas toda e qualquer herança que possa associar a pessoa à ancestralidade negra, incluindo aí o sobrenome, o que fazia com que muitas pessoas escravizadas que mantiveram o nome de origem, fosse pela vergonha ou pelo medo, aos poucos convertessem seus sobrenomes de nascimento para os de origem europeia (Lima, 2023). Com isso não se perdia apenas um nome e sobrenome, com eles iam embora também as heranças, as raízes da árvore da vida, as histórias acerca da instituição do nome, enfim, as memórias familiares e coletivas que eles abarcavam, bem como a possibilidade de reconhecimento como parte fundamental de alguma coisa superior a si mesmos. Perder o nome e sobrenome significava, desse modo, cortar o caule da árvore existencial, determinando às vidas rompidas, uma morte lenta, desnutrida e seca. Era o mesmo que retirar o Ser dos perímetros da humanidade, haja

vista que sucumbindo sua cultura, suas histórias, suas crenças, seus processos afirmativos de tornar-se pessoa, o que restava era apenas um espectro fantasmagórico da pessoa que um dia foram.

Após o estrangulamento das primeiras histórias dos sujeitos com o aniquilamento de seus nomes, o que ocorria a partir daí era uma sequência de anulamentos que iam literalmente apagando da história individual e coletiva as marcas ancestrais das trajetórias dos povos africanos nas Américas. A determinação do colapso dessas histórias diz respeito ao que ele chamou de diferença colonial, espaço conflitivo em que histórias locais são soterradas pelas imposições daquelas que se fizeram universais (Baez, 2020). O conceito proposto pelo filósofo argentino dá especial atenção às narrativas que se tornaram hegemônicas ao passo que outras, por meio da força colonial, foram tratadas como inferiores. Esse processo determinou quais histórias mereciam ser contadas ao mesmo tempo em que classificou aquelas que foram despidas de crédito, de valor, de prestígio e, portanto, de direito de reprodução.

A diferença colonial trata da construção de trajetórias geo-históricas de clivagem discursiva que atijolaram os valores eurocêntricos e impuseram aos não europeus um lugar marginal na história humana. Local em que as falas das vidas subalternizadas são desprestigiadas, reticentes, lacônicas e tratadas como se primitivas fossem. Trata-se, nesse sentido, da elaboração de circuitos, concretos e simbólicos que, desde a colonização, são utilizados para o trânsito de saberes validados socialmente, em que as linguagens e as gnosés periféricas não possuem legitimidade (Lima, 2023).

Assim sendo, a colonização e a modernidade com ela nascida implicaram em inúmeros processos de dominação que concretizaram ao longo do tempo os fundamentos discursivos da produção de identidades que foram segmentadas em uma estrutura vertical, tudo isso promovido pela ideia biológica de raça que tornou as diferenças em inimigas das sociedades modernas (Baez, 2020). Não custa com isso pensar que a escravidão, que longamente decorreu no Brasil, agindo pelo princípio colonial de negar as narrativas emanadas das diferenças, orquestrou uma sofisticada rede de anulamento e invisibilização das narrativas subalternizadas que resilientemente ainda perdura. Com o apagamento social da presença física e simbólica das diferenças dentro da literatura, das ciências, da filosofia, dos espaços de produção das linguagens, da lei e da justiça, das artes, da política, enfim, das zonas de

prestígio e poder social, tudo foi convertido a uma única linguagem, a colonial, e por consequência as instituições, os pensamentos, as pessoas, os saberes e as condutas foram transformados em polissemia de branquitude.

Conforme Carneiro (2021), a colonização foi um verdadeiro espetáculo de encobrimento do Outro. O indígena e o africano se tornaram pelas narrativas do europeu sujeitos desprovidos de complexidade, de sabedoria, de cultura, de política, de filosofia e espiritualidade. O discurso que foi globalizado era aquele que traduzia o não europeu como vidas inferiores, objetificadas e animalizadas. Com sua humanidade destituída, sua identidade alocada em instâncias menores que a da branquitude, os marcadores das diferenças se tornaram em marcadores da desigualdade. Assim, o Outro foi convertido em uma espécie primitiva e tudo que dele derivava refletia, nessa lógica, o atraso humano. Nesse contexto, a diferença colonial fluiu por meio da noção supremacista dos europeus que, ao enunciar o Outro como um sujeito atrasado, ao mesmo tempo, autorreferenciavam-se como sujeitos de desenvolvimento, astúcia e sabedoria. Essa dinâmica de assimetrias das gnoses das diferenças sustentou a artilharia de negação das histórias locais que foram acidamente corroídas pela pretensa noção de superioridade e desenvolvimento que os povos europeus consideravam possuir.

Dessa forma, a negação da diferença dialoga intimamente com a lógica maniqueísta colonial que dividiu o mundo em duas zonas distintas: as das raças superiores (colonizadores) x as inferiores (colonizados). Esse pensamento dicotômico nutriu o senso de dever europeu de proteger as raças anunciadas como superiores, na medida em que entendiam necessário promover o banimento das raças anunciadas como inferiores e transformadas em inimigas da sociedade (Bois, 2019).

Como inimigos os afrodescendentes e ameríndios estavam sujeitos à morte, uma vez que (Morrison, 2020, p.305):

a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; e mais pura.

É notório que essa morte não é apenas física, é também simbólica e cultural. A morte do corpo é a consumação final de um processo lento e impiedoso que impõe às vidas negras o suplício diário do medo e desespero desencadeados por políticas mortíferas utilizadas pelo Estado ou por ele chanceladas a terceiros para promoção do

banimento das diferenças (Souza, 2022). Para tanto, a erradicação da alteridade não europeia, convertida em inimiga da branquitude, pode ser processada não apenas pelo assassinato em massa dos corpos afrodescendentes e ameríndios, mas no sucumbimento de tudo que dele deriva, suas memórias ancestrais, sua justiça, suas políticas, estéticas, espiritualidades e cosmologias variadas, enfim, nada deve restar em pé após a artilharia da branquitude em negar o que a ela não reflete.

Banidos dos circuitos acadêmicos, dos espaços políticos, das gerências empresariais e sendo constantemente tensionados às margens das sociedades, as memórias do povo ameríndio e negro foram varridas do imaginário coletivo das sociedades modernas, restando tão somente os discursos depreciativos produzidos pela branquitude hegemônica. Giselle Beiguelman, em *Memória da amnésia: políticas do esquecimento*, discute os processos intencionais que no Brasil promovem o memoricídio daquilo que fora determinado pelos interesses hegemônicos a ser considerado como dispensável e desprezível ao imaginário e história nacional (Morrison, 2020, p.255):

A história do Brasil traz tanto o extermínio da memória como o apagamento do outro, ambos os apagamentos inscritos nas suas páginas desde os primórdios da colonização. A catequese foi seu gesto inaugural, impondo a incorporação forçada à cultura católica dominante. E como não lembrar que a escravização de negros africanos começava, em teoria, por um ritual de esquecimento? Ainda que na prática não tenha se efetivado, como atestam as várias rebeliões pela liberdade, pretendia-se desvincular os escravizados de seu passado. Assim, conta-se que, antes de embarcar para o Brasil, sempre à noite, para que não pudessem memorizar o caminho, os escravizados eram obrigados a dar voltas em torno de uma árvore para que esquecessem de suas raízes: sua terra, sua identidade, as formas dos lugares.

Embora Beiguelman (2019) considere o apagamento das memórias uma coisa diferente do apagamento do Outro, entendo de modo diferente, já que julgo o extermínio das memórias de um povo ser por si mesmo o próprio apagamento desse povo, uma vez que a retirada da presença de certos grupos minoritários dos anais da história impõe à ancestralidade, bem como a seus descendentes, o enfraquecimento de suas identidades e consciência social, potencializando o desaparecimento simbólico, psíquico e cosmológico da alteridade.

Ainda conforme Souza (2022), a arte do apagamento de memórias é uma atividade que, no Brasil, é recorrente desde a colonização, em outras palavras: impor o esquecimento é uma prática já muito bem sedimentada no país e foi determinada por grupos que ocuparam e ocupam as tradicionais posições de privilégios. As técnicas de

erradicação das memórias, embora tenham atualmente roupagens diferentes, ainda conservam os mesmos sentidos: anular o Outro inferiorizado desprestigiando tudo que dele emana e não atestando sua importância para a formação nacional. Por exemplo, não instituir espaços públicos de reconhecimento das atrocidades perpetradas pela branquitude colonial ou espaços que contemplem com nobre apreço a estética e cultura do povo negro, como também pela promoção de apologias aos discursos colonizadores por meio de honrarias aos algozes dos povos pretos e indígenas. Para tanto, a produção do apagamento das memórias negras consiste em duas matrizes de silenciamento que operam: uma pela contenção de ambientes memoriais do holocausto negro e indígena ou da resistência, sabedoria e lutas desses povos; e outra pelo desenvolvimento de mitos e ideologias coloniais que fustigam a realidade gritante das desigualdades promovidas pelo racismo brasileiro.

O mito da democracia racial é uma dessas anedotas da burguesia de origem escravagista e colonial que, ao desconsiderar a continuada realidade de pobreza e marginalização imposta aos pretos e pretas após a abolição da escravidão no país, sustenta ativamente a ideia da culpabilização da vítima por suas misérias (Bois, 2019). A lógica da autorresponsabilidade pelo alijamento de direitos sociais das populações negras, embora seja estapafúrdia, foi facilmente disseminada entre as mais variadas classes sociais brasileiras, uma vez que a branquitude deste país sempre conservou em suas mãos os dispositivos tradicionais de fala e de prestígio de fala dentro da sociedade. Com isso, não lhes era difícil incutir no imaginário brasileiro as falácias coloniais, já que suas histórias facilmente transitavam pelos trajetos epistemológicos e possuíam caráter de verdade absoluta. Com o tempo, à medida que crescem os movimentos de afirmação da negritude no Brasil, a noção de democracia racial passa a ser recorrentemente contestada. Contudo, os efeitos deletérios dessa concepção branca sobre as desigualdades raciais já estavam muito bem estabelecidos e já floresciam em outros igualmente nefastos rebentos, como a noção de meritocracia.

Os discursos de Bolsonaro e Mourão não se tratam de descuido ou equívoco de quem desconhece a história brasileira, mas estão inscritos em uma ordem tradicional que secularmente vem operando para a negação dos intensos e extensivos processos de produção das muitas mortes às quais estão sujeitas as populações negras do país. Trata-se, portanto, de políticas do esquecimento engendradas pela colonialidade

estrutural, que força, ao longo da história desta nação, ao sucumbimento dos afrodescendentes brasileiros (Santiago, 2022).

As falas do presidente e de seu vice exploram as memórias do sujeito colonizador, e não as dos negros colonizados. A negação do racismo é a negação de todas as memórias de sofrimento que se descortinam desde as plantações latifundiárias coloniais até os dias de hoje. Os discursos, vindo dessas autoridades, não tratam apenas do esquecimento promovido pela diferença colonial, mas são manifestações políticas, uma vez que a desconsideração dessa realidade implica a não produção de políticas públicas para enfrentamento do racismo, permitindo, com isso, que milhares de vidas tombem ao peso da discriminação racial. Nesse sentido, os discursos das lideranças políticas do executivo nacional transportam o apagamento das memórias da escravidão e de suas feridas ainda abertas no Brasil, ao mesmo tempo em que implantam histórias contraproducentes aos fatos. A postura da atual cúpula do executivo diz respeito ao memoricídio das imagens, discursos e saberes dos povos colonizados, negando suas realidades de morte e possibilitando a (re)produção de fantasias de outra realidade que só tende a beneficiar os grupos hegemônicos (Beiguelman, 2019).

Embora não exista uma conceituação precisa a respeito do termo memoricídio, aqui utilizo o entendimento de Kilomba (2023) que o define como os processos de eliminação intencional do patrimônio tangível ou intangível que representam a luta e resistência dos povos colonizados. Portanto, o memoricídio é uma prática incursa nas vontades e projetos coloniais que se recusa a incorporar os bens dos povos colonizados nos espaços memoriais das sociedades. Enquanto prática efetiva de assassinato de memórias dos povos subalternizados, é uma realidade possível graças à ampla e capilarizada rede de dispositivos e tecnologias que atuam para o esquecimento de memórias sociais. Sua execução depende, desse modo, das assimetrias impostas pelas relações de poder que garantem a pessoas e instituições o poder de determinar que memórias sobreviverão, bem como aquelas que serão esquecidas. Portanto, o memoricídio é uma política do esquecimento executada pelo poder colonial contra os povos colonizados.

Essas políticas do memoricídio se fortalecem e se retroalimentam, como já mencionado, de processos discursivos e ideológicos como, por exemplo, a ideia de democracia racial, que faz com que as políticas da morte de memórias operem em

fluxo constante de retomada das narrativas coloniais, reativando, sempre que possível, as linguagens do colonizador que asfixiam os discursos negros. Ou seja, essas políticas, ao reafirmarem as histórias globalizadas pela diferença colonial, simultaneamente retiram do cenário memorial as histórias que do outro lado da diferença hegemônica experimentam os horrores da desumanidade a eles imposta impedindo duramente que outras narrativas sejam faladas e escutadas nos espaços sociais. Logo, as políticas do esquecimento manipulam sincronamente os objetos, pessoas, saberes, fatos, feridas e histórias que serão suscitadas recorrentemente e transferidas de geração para geração como um legado, bem como enunciam os artefatos do esquecimento àqueles que serão desprezados, desvalorizados e fadados às zonas sombrias das memórias rejeitadas e não pertencidas (Bois, 2019).

Exemplos de políticas de esquecimento são os decadentes investimentos públicos em museus, arquivos e espaços de artes. Kilomba (2023, p.204) discute as dificuldades de implantação na cidade do Rio de Janeiro do Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL), destacam que:

o projeto do MEL encontra-se no cerne de tensões políticas muito mais amplas, daí a grande dificuldade da sua implementação. Os conflitos que o perpassam são reflexos de embates políticos travados numa esfera mais abrangente, o que deixa o projeto do museu tão fragilizado que corre o risco de sucumbir antes mesmo de vir à tona. Por um lado, o MEL atualiza as tensões entre as memórias da escravidão e da herança africana e traz à tona os fantasmas gerados pelas aviltantes representações públicas dos escravizados, gerando resistência por parte significativa dos ativistas negros e contribuindo para o isolamento da secretária de Cultura. Por outro, o museu estaria relacionado a um projeto de nação que reconhece a importância dos africanos e seus descendentes na sua construção e a sua dívida para com os mesmos, mas que parece ser contrário aos interesses dos setores que assumiram o poder tanto no município quanto no governo federal. Por isso, ele não tem mais o suporte do Estado ou ao menos dos órgãos centrais à sua realização. Assim, enquanto o governo delega a sua responsabilidade, o projeto do MEL se enfraquece, a secretária de Cultura se isola e a “verdade” do museu é silenciada antes mesmo de ser formulada. O projeto do MEL gira em círculos, cada vez mais agonizante.

O que se descortina com a realidade do MEL é a disputa de matrizes ideológicas existentes na sociedade brasileira. De um lado, ao desracializar a sociedade por meio do ensaio elogioso da miscigenação, fortalece a crença da democracia racial que historicamente oculta as desigualdades raciais no país. De outro está a noção de que a memória negra e seu reconhecimento, além de afirmarem a importância dessas pessoas na formação da sociedade brasileira, colaboram para o fortalecimento do movimento afrodescendente na luta por direitos de equidade. Nesse

embate, o que se presencia atualmente é o Estado cada vez mais alocado no lado da resistência branca, patriarcal e colonial, utilizando ainda todas as prerrogativas que lhe são conferidas para auferir êxito na interdição da recuperação, manutenção e disseminação das memórias negras (Santiago, 2022).

O fato é que, embora a engenharia das políticas do memoricídio haja diuturnamente para a produção do esquecimento das memórias, saberes e culturas afrodescendentes, jamais a negritude latino-americana compartilhou dolosamente essas estruturas. Pelo contrário, suas vidas, suas artes, seus saberes e histórias transportaram para além do tempo e do espaço as riquezas e a dor de ser negra e negro neste país. A resistência veio por meio do aquilombamento e pela penetração determinada nos espaços políticos, artísticos e científicos hegemonicamente brancos, cisheterossexuais, masculinos e burgueses (Alcoff, 2022).

Como destaca Beiguelman (2019), a resistência não deve vir de outros campos senão das margens construídas pelas desigualdades impostas pela colonização, pois é das histórias ocultizadas, das experiências fustigadas, do locus fraturado que há o conhecimento capaz de questionar os lugares hegemônicos ocupados historicamente pela branquitude eurocêntrica. Assim, ecoar as memórias negras que foram tangenciadas ao esquecimento nos exige ruptura incisiva e definitiva com os modelos de saber, ser e fazer europeu e nos afirmar nas vozes do Sul Global (Mbembe, 2022), reconhecendo que há em nossa terra e nossa gente uma potente filosofia capaz de nos libertar das amarras coloniais

A desterritorialização preta não é processo recente. Nas Américas suas raízes estão na forçosa diáspora africana do século XVI, perpassando pelo *plantation* colonial, pela Lei de Terras de 1850, pela escassez de expedientes para pessoas negras nos perímetros urbanos, que culminou com o tensionamento desses grupos às periferias que tardiamente, enquanto territórios marginalizados e desassistidos pelo Estado, foram criminalizados e anuídos como locais de aglutinamento de desigualdades. A desterritorialização negra tornou os espaços sociais das cidades brasileiras em verdadeiros espelhos da colonialidade, refletindo, de inúmeros modos, o pensamento e poder colonial. Desse modo, tais processos acabaram por promover profundo apagamento das memórias e identidades negras nos contextos urbanos, varrendo completamente de determinados territórios geográficos do país a presença afro-brasileira (Mbembe, 2022).

Percebe-se, ainda, que a autoria negra tem produzido um conteúdo expressivo que dá destaque às faces ocultas da discriminação racial, amplamente negadas pelo discurso colonial que articulou as muitas tecnologias de fala das quais dispunha para tecer o manto da modernidade que cuidou em ocultar as violências do passado e presente, produzidas pela colonização da América Latina (Dussel, 2022). Autores como Carolina Maria de Jesus, Eliana Alves Cruz, Conceição Evaristo, Maria Firmino dos Reis, Mel Adún, Urânia Munzanzu, Jeferson Tenório, entre outras e outros já citados aqui, falam em suas obras, artísticas ou científicas, das desigualdades que foram produzidas e conectadas pelo racismo colonial, sendo comum no atual momento da escrita negra no Brasil a apropriação daquilo que vem sendo discutido dentro da academia como Lugar de Fala. Esse termo, embora venha sendo cada vez mais utilizado, não possui uma etimologia e epistemologia própria, surge dos estudos sociais a partir de pesquisadoras e pesquisadores afro-americanos que começaram a utilizar o termo para evidenciar os pilares que sustentam os olhares, bem como para a enunciação das zonas fronteiriças da linguagem. No Brasil, o termo ganhou notoriedade a partir da publicação, em 2017, do livro da filósofa Djamila Ribeiro intitulado *O que é lugar de fala*. A noção de lugar de fala tem relações diretas com o direito de produção de memórias ancestrais e culturais de um povo, da mesma maneira que as políticas de esquecimento a que estão sujeitas as linguagens periféricas que anunciam as histórias locais de modo desarrazoado.

Segundo Alcoff (2022, p.395), o lugar de fala surge em virtude das abissais desigualdades impostas às populações marginalizadas que por:

não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo.

Ou seja, o lugar de fala é, ao mesmo tempo, resistência à imposição do silêncio em que é diálogo com as diferenças. Nesse sentido, lugar de fala emerge como uma ação de desocultamento dos sofrimentos perpetuados pelo escravagismo colonial, sendo uma evidente forma de superação da diferença colonial que cria

constantemente condições e meios dialógicos em que uma enunciação fraturada sobre o Outro é mobilizada pela negação dessas pessoas como seres humanos. Contudo, as mesmas dicotomias produzem possibilidades, nascidas no locus subalternizado, de transcendência da diferença colonial. Ou seja, o lugar de fala descoloniza estruturas e sistemas à medida que gera novos terrenos epistemológicos nascidos pelas perspectivas de subalternidade, onde o pensamento de fronteira é exercitado (Dussel, 2022).

Nesse contexto, a escrita negra preserva memórias acessando feridas e discutindo não o outro lado da margem, mas seu próprio local, pois encontra nesse lugar formas criativas para dialogar com os grupos hegemônicos, rompendo com as estruturas do silêncio e lançando ao mundo os sons e imagens que acessam o passado, o presente e as possibilidades de futuro das populações negras. Desse lugar enuncia críticas contra os projetos estéticos, filosóficos, artísticos, científicos e culturais normatizados pelos padrões eurocêntricos que desde final do século XV se estendem sobre nós. Na prática, o que vemos nas memórias escritas que vêm sendo produzidas por autores e autoras negras de nosso tempo é uma textualidade centrada nas vivências e dramas de tornar-se negro e negra na sociedade brasileira, perfilando os entraves e dilemas das relações sociais, acima de tudo étnico-raciais, estabelecidos pelo racismo (Alcoff, 2022).

Enfim, embora seja alta a envergadura das políticas do esquecimento no Brasil, que agem desde os campos discursivos do saber às várias cartografias urbanas, a resistência negra se coloca à altura na luta perene na defesa de suas memórias. A produção dessa resistência promovida no lugar de fala, no qual se sustentam os interlocutores da negritude nacional, possibilita a elaboração de novas possibilidades de diálogo com grupos dominantes no desenvolvimento de esteios mais diversos e equânimes (Dussel, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES

As histórias das vivências negras foram soterradas pelo outro lado da diferença colonial que, ao globalizar suas narrativas e projetos, negou a fala e apagou com ela as memórias do povo negro brasileiro. Pensando em discutir os processos de apagamento das memórias afro-brasileiras, este artigo se apropriou do conceito de memoricídio para problematizar o aniquilamento das vozes, símbolos e outros bens

produzidos pela negritude do Brasil como uma política do esquecimento que se encontra em curso no projeto colonial de vencimento das diferenças para sua permanente exploração.

A resistência promovida pelos guardiões e guardiãs das memórias negras que a partir do lugar de fala demarcado pelas margens sociais que não ficam às forças opressivas da colonialidade vigente, sendo suas vozes a edificação de novas possibilidades dialógicas para superação da diferença colonial.

O apagamento das memórias e identidades negras no Brasil é um projeto colonial muito bem consistente e altamente capilarizado que atua em diversas linhas por meio das políticas do esquecimento que agem para anular e silenciar a presença negra desde os espaços artísticos e do saber aos ambientes públicos e urbanos. Contudo, a resistência criativamente vem se apoderando de formas variadas, como a escrita em produção independente, a arte de rua e os ciberespaços, para falar, a partir de seu lugar, as dores e prazeres da experiência negra brasileira, construindo assim novas pontes para superação do racismo.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. M. **Uma epistemologia para a próxima revolução**. Revista Sociedade e Estado, v.31, n.01, p.129–143, 2022.

BAEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. ed.3. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2020.

BEIGUELMAN, G. **Memórias da amnésia: políticas do esquecimento**. ed.1. Editora Sesc. São Paulo, 2019.

BOIS, W. E. B. DU. **As Almas da Gente Negra**. ed.6. Editora Lacerda. Rio de Janeiro, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. ed.3. Editora Selo Negro. São Paulo, 2021.

DUSSEL, E. **O encobrimento do outro: a origem do mito a modernidade**. ed.9. Editora Vozes. São Paulo, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. ed.1. Editora Cobogo. Rio de Janeiro, 2023.

LIMA, C. B. DE. **Literatura negra - uma outra história**. Terra roxa e outras terras - Revista de Estudos Literários, v.17- A, p.67–77, 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Revista Arte e Ensaios, v.32, p.123–151, 2022.

MORRISON, T. **Racismo e fascismo**: O corpo escravizado e o corpo negro. ed.1. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

SANTIAGO, A. R. **Vozes literárias de escritoras negras**. ed.3. Editora UFRB. Cruz das Almas, 2022.

SOUZA, J. DE. **Afrodascendência**: identidade desvelada na memória. ed.3. Editora Atlas. São Paulo, 2022.